

ADELAIDE HASSE E O MANUAL DE BOLSO DO CATALOGADOR ¹

Mariana Xavier de Oliveira ²

RESUMO

A representação descritiva tem o objetivo de facilitar o acesso a determinado documento. Os catálogos, no entanto, necessitam de padronização e para alcançá-la minimamente os profissionais se munem de manuais para realizar o registro. Um dos mais recentes é o Código de Catalogação Anglo – Americano 2ª edição revisão de 2002. O objetivo deste artigo é destacar o *A Handbook for the cataloguer*, publicado em 1902 por Adelaide Hasse ao compará-lo ao AACR2R. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica para a investigação teórica e histórica dos dois manuais e documental durante a análise propriamente dita. Utilizou-se dos dois manuais para a análise comparativa. Foram constatadas diferenças e semelhanças entre os dois, divergências as quais completamente justificadas pela realidade histórico - social – científica de cada um dos documentos. Documentos estes que possuem objetivos, linguagens e tipologias documentais parcialmente em desacordo, mas que cumprem com os propósitos para os quais foram compilados e atendem o público – alvo a que são direcionados.

Palavras Chave: Adelaide Hasse. *A Handbook for the cataloguer – part 1. AACR2R. Manual de catalogação. Representação descritiva.*

ABSTRACT

The descriptive representation is intended to facilitate the access to a specific document. The catalogs, however, need standardization and to achieve it minimally, professionals use manuals to help in the registry. One of the most recent is the Anglo - American Cataloguing Rules 2nd edition 2002 revision. The purpose of this article is to highlight the the *A Handbook for the cataloger* published in 1902 by Adelaide Hasse by comparing it to AACR2R. The methodology used was bibliographic and documentary research. Bibliographic for the theoretical and historical investigation of the two manuals and documentary during the analysis itself. Both manuals were used for comparison. Differences and similarities were found between the two, differences which are completely justified by the historical - social - scientific context of each of the documents. Documents that have objectives, languages and typologies partially in disagreement, however fulfill the purposes for which they were compiled and serve the target audience to which they are directed.

Keywords: Adelaide Hasse. *A Handbook for the cataloguer – part 1. AACR2R. Cataloguing guides. Descriptive representation.*

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia sob orientação do Profº Dr. Rodrigo de Sales.

² Aluna do curso de Biblioteconomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 8ª fase em 2020/2.

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por ampla variedade de estudos relacionados à padronização dos catálogos, tanto descritivos quanto temáticos. Pouco antes da virada do século, em 1899, a *Library of Congress* (LC) iniciava a distribuição das primeiras fichas catalográficas. Para Sales (2012) é nesse momento que a LC assume posição central na cena da catalogação de documentos americana. Nesse contexto, Adelaide Hasse muda-se para New York para assumir uma vaga na *New York Public Library* (NYPL) e mais tarde seria promovida a chefe do Departamento de documentação.

Como consequência da inclusão de diversas bibliotecas independentes ao sistema NYPL, as relações da unidade de informação com o governo foram se aprofundando de forma que a instituição tornou-se responsável também pela documentação oficial governamental. No entanto, de acordo com Hasse (1902) não havia consenso na forma de tratar esses documentos e muito menos na padronização do tratamento de tais materiais.

Com o intuito de standardizar os registros, em 1902, Adelaide Hasse publicou pela Library Bureau de New York, o *A Handbook for the Cataloguer - part 1*. No prefácio da publicação, Hasse expressava a esperança de passar adiante seus dez anos de experiência lidando com “documentos públicos”³ e de auxiliar aqueles com menos experiência que poderiam encontrar dificuldades no tratamento técnico de documentos tão específicos.

Através do levantamento dos aspectos fundamentais de cada manual e da comparação entre as semelhanças e as diferenças entre eles, o objetivo geral da pesquisa é destacar um manual de catalogação, compilado por uma mulher que contribuiu grandemente para a biblioteconomia, que segue continuamente sem ser considerado e estudado.

Esta pesquisa é classificada como bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Documental pois de acordo com Menezes (2009) o objetivo é analisar o manual que ainda não recebeu tratamento analítico, elaborado por Hasse, além de apropriar-se de documentos já existentes como a biografia da profissional e documentos que abordam a realidade documental daquele contexto histórico. Como técnica, será adotada a análise comparativa com relação aos dois códigos. Apesar de o AACR2 ser um código de catalogação, adotou-se a terminologia “manual” em alguns momentos com o intuito de coloca-los no mesmo patamar e facilitar a compreensão do leitor, o mesmo se aplica nos momentos em que são definidos como códigos.

Foram consultadas as bases como, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Pública de Nova York, Archive.org, BDTD, SciELO além da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a pesquisa nas bases de dados, foram utilizadas as palavras-chave: Adelaide Hasse, Adelaide Rosalia Hasse, *Handbook for the Cataloguer*, Catalogação século XX, Histórico da catalogação.

2 ADELAIDE ROSALIA HASSE

Adelaide Rosalia Hasse nasceu em 1868 na cidade de Milwaukee, Wisconsin. Devido à inclinação intelectual do lado paterno de sua família, apesar de, de acordo com Beck (2006), não haver consenso no que diz respeito à sua educação, é fato que desde cedo ela foi incentivada pela família a seguir carreira acadêmica. No entanto, as opções que se apresentaram a ela, não eram atrativas. Após a mudança da família

³ Entende-se por documentos públicos as publicações realizadas pelas esferas governamentais estadunidenses.

para Los Angeles, no estado da Califórnia, os cursos destinados a mulheres se resumiam a Enfermagem ou Magistério.

As universidades atraíam jovens inteligentes de famílias influentes apesar dos constantes alertas de que prejudicaria a saúde e perspectivas maritais das moças. No entanto, a educação superior ainda engatinhava no sul da Califórnia e o curso de licenciatura dificilmente exerceria algum apelo aos Hasse (BECK, 2006, p. 21, tradução nossa).

No fim do século XIX, não era bem visto que “moças de boa criação” fossem para a universidade e sendo Hasse a mais velha de quatro filhos, se sentiu na obrigação de sustentar-se sem ajuda dos pais, o que necessitaria, caso decidisse continuar sua formação acadêmica. Ela nunca justificou a falta de uma formação acadêmica e nunca foi necessário devido à irracionalidade de se exigir nível superior na Los Angeles daquele contexto.

A educação superior não era tão usual e comum como se tornaria no decorrer do século seguinte e ela (Adelaide Hasse) estava convencida de que o nível de educação que possuía era suficiente. Aparentemente, preferindo ignorar aquilo que se tornou um assunto delicado, ela nunca explicou o fato de não um diploma superior [...] Era ilógico exigir nível superior em locais como Los Angeles (BECK, 2006, p. 23, tradução nossa).

Em meados de 1889, a *Los Angeles Public Library* (LAPL) estava à procura de novos colaboradores e apesar de sua falta de experiência, ela decidiu se candidatar. Não era uma vaga com um alto salário, o que diminuía a competitividade, mas era uma área na qual a mulheres da época começavam a se inserir.

Assim que foi admitida, Hasse conheceu Tessa Kelso, que se tornaria sua amiga para toda vida. Durante o período em que trabalharam juntas, Kelso ensinou a Hasse como forçar os limites sociais e biblioteconômicos, no entanto sem ultrapassá-los. Durante a jornada de trabalho, Kelso fazia questão de passar uma parte do dia fora da biblioteca, interagindo com a comunidade e Adelaide, sendo sua aprendiz, estava sempre junto dela nesses momentos. Tessa Kelso foi verdadeira mentora para Adelaide Hasse nesse período e é impossível falar da carreira de bibliotecária de Hasse, sem mencionar Kelso.

Kelso insistia que uma bibliotecária deveria ser ativa e vista pela comunidade, a ponto de passar metade da sua jornada de trabalho fora da biblioteca [...] Conforme lembrado por Hasse “Havia sempre uma atmosfera de casa aberta na biblioteca, uma atmosfera de estar sempre ocupada pelos cidadãos locais para a qual convidados ilustres eram atraídos naturalmente” (BECK, 2006, p. 26, tradução nossa).

Em 1805, após serem apontadas como sufragistas e acusadas de utilizar dos espaços e recursos da LAPL para realização das reuniões e de se utilizarem da influência que possuíam nos “Grupos de Mulheres” para alavancar o movimento, Tessa Kelso, que por ser superior a Hasse foi apontada como responsável, foi processada pela cidade de Los Angeles e demitiu-se do cargo de bibliotecária. Adelaide demitiu-se em seguida para tomar posse do cargo de Superintendente de Documentos da Imprensa do Governo dos Estados Unidos da América em Washington DC, onde permaneceu até 1897.

3 UNITED STATES GOVERNMENT PUBLICATIONS: A HANDBOOK FOR THE CATALOGUER, PART 1

Segundo Beck (2006), em 1897, Hasse se muda para Nova York e começa a atuar na Biblioteca Pública de Nova York, fundada dois anos antes a partir da junção da coleção de três famílias influentes: Astor, Lenox e Tilden. Em 1901, bibliotecas independentes foram agregadas ao sistema NYPL (New York Public Library), trazendo com elas um amontoado de documentos com os quais os bibliotecários não estavam familiarizados e dividindo a instituição em dois departamentos principais: Circulação e Referência. O relacionamento da unidade de informação com o governo local foi se aprofundando com o tempo e, como consequência desse relacionamento, as responsabilidades também. Para facilitar o trabalho de todos, Hasse, trabalhando sob supervisão de John Shaw Billings⁴, elaborou um manual de catalogação para documentos governamentais. Em 1902, é publicado *United States Government Publications: A Handbook for the Cataloguer, Part 1* pela *Library Bureau*. Não era intenção da chefe do departamento de documentação alterar a forma como os documentos eram catalogados, mas apresentar de forma objetiva e padronizada, visto que não haviam regras específicas para o tratamento de documentos governamentais.

O crescimento acelerado da coleção apresentou a Hasse todos os desafios que se poderia encontrar na catalogação de documentos. Ela reuniu as diferenças entre eles e os livros normalmente catalogados por bibliotecários 'literatura oficial, a literatura normalmente sem autor, pelo menos que que dizia respeito a nomes pessoais, uma literatura caprichosa no quesito interligação entre suas partes, volumes e séries. Uma literatura alienada à conveniência do tratamento de acordo com as formas tradicionais, condicionada inteiramente ao mercado literário'. Não havia regras pré-estabelecidas para tratar documentos governamentais como os citados, então Hasse optou por uma abordagem exploratória, confiante de que encontraria soluções conforme ela trabalhasse nos documentos. No início, o catálogo da biblioteca não estava particularmente sistematizado e aparentemente ela conseguiu desenvolver a catalogação dos documentos conforme ela desejava, sem objeções de catalogadores protegendo suas políticas e regras (HASSE, 1902, apud BECK, 2006, p. 97, tradução nossa).

Do momento em que a "literatura oficial" foi integrada à NYPL ao momento em que Hasse decide compilar o manual, ela, junto com os outros colaboradores do departamento de documentação, já havia tentado realizar os registros de formas mais convencionais, apenas adaptando as regras já existentes, sem sucesso e com um grande volume de documentos, ela decidiu colocar a sua experiência lidando com esse tipo de publicação à prova.

Foi levantado que a maior dificuldade dos catalogadores com relação aos documentos era quem seria indicado como responsabilidade. Segundo Hasse (1902) as causas da confusão e dificuldades devia-se ao conflito entre autor e publicador. Reconhecer que, se tratando de literatura oficial, esses dois agentes poderiam ser idênticos, mas ao mesmo tempo que a identidade e até mesmo a existência deles poderia ser tão complexa que apenas uma análise detalhada de documento por documento poderia determinar a quem seria atribuída a responsabilidade. A principal preocupação, não eram as publicações relacionados ao governo federal, visto que a Superintendência de Documentação do Governo havia realizado um bom trabalho em definir as normas para lidar com esses documentos. A dificuldade era maior se

⁴ John Shaw Billings foi o primeiro Diretor Geral da NYPL e Presidente da American Library Association durante o período de 1901 – 1902.

tratando de documentos estaduais e municipais. É possível verificar que mesmo o governo federal se encarregando dos documentos a ele relacionados, Hasse os menciona e se utiliza deles para dar instruções e exemplos. Isso, porque na época, o governo se encarregava da documentação emitida por ele mesmo, mas não das relacionadas a outros países. Por essa razão, o manual também abrange o governo federal.

Como cada estado possui legislação e estatutos próprios, a forma de registrá-los também diferia em alguns pontos e era necessário que essas particularidades também fossem consideradas. Não era porque uma instituição se encarregava dos estatutos em New York que a instituição equivalente se encarregaria deles no Texas. Portanto, além de vasto conhecimento da tipologia documental, Hasse teve de pesquisar e colher informações sobre como era feita a política em cada um dos estados estadunidenses.

O manual é dividido em quatro partes: Constituições, Estatutos e Tratados, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário. A primeira parte, que contém cinquenta e seis páginas, segue um padrão de organização, como era de se esperar, separados em quatro capítulos objetivos que espelham o título, são eles: Introdução, Constituições, Estatutos e Tratados. Elas contam com uma breve definição do documento, as diferentes formas de tratamento de acordo com as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), quais documentos podem ou não acompanhá-los, exemplos de fichas catalográficas que contemplam os dados já citados e a bibliografia utilizada para a compilação. A estrutura do folheto é bem familiar ao leitor contemporâneo pois se assemelha muito a mais tarde utilizada pelo Código de Catalogação Anglo – Americano, ainda que guardadas as devidas proporções relacionadas ao contexto histórico – social – científico de cada publicação.

4 DO ANGLO – AMERICAN CODE 1908 ATÉ O AACR2R

Não existe possibilidade de falar de AACR2R, sem antes contextualizar a catalogação no século XX. Um período marcado pelo alto volume de documentos produzidos e pelo surgimento de diferentes tipologias documentais, que dificultavam muito o trabalho de um catalogador que tinha de se atualizar com maior frequência do que seria aceitável.

Para Mey e Silveira (2010), a catalogação pode ser compreendida como o estudo, a preparação e a organização de metadados com base em registros do conhecimento existentes ou passíveis de inclusão em um ou mais acervos.

Durante a primeira década do século XX, bibliotecários estadunidenses já se destacavam por sua padronização e organização ao realizar os registros bibliográficos do acervo das unidades de informação, no entanto, no momento que a LC assume a impressão das fichas catalográficas, a necessidade de manter esses catálogos padronizados se intensifica.

Em 1908, é publicado o primeiro código significativo para a catalogação o *Catalog Rules: Author and Title Entries*, também conhecido por *Anglo – American Code (AA1908)*, compilado a partir da colaboração de duas importantes instituições: *The American Library Association (ALA)* e *The Library Association*. O código, foi o primeiro resultado da parceria Anglo – Americana, no entanto, as duas organizações não conseguiram chegar a um consenso no que dizia respeito a alguns pontos, resultando na publicação de dois códigos: a versão britânica e a versão americana (HUNTER; BAKWELL, 1991).

Durante a década de 1930, após mais de 20 anos sem revisão ou atualização, a A.L.A. sentiu necessidade de atualizar o código, porém com a iminência da Segunda

Guerra Mundial, os esforços para uma nova colaboração com a instituição britânica falharam e em 1941 a *American Library Association* publica a primeira revisão do AA 1908 e, após intensa discussão sobre as normas para registro das entradas, em 1949 a segunda revisão liderada pela *Library of Congress* (LUBETZKY, 1953a).

Apesar de os americanos aceitarem o AA 1908 e as duas atualizações que o seguiram, eles ainda não estavam satisfeitos com as normas. Essa insatisfação foi expressada por Andrew Osborn em 1941 e por Seymour Lubetzky em 1953 através do livro *Cataloging rules and principles* que trazia críticas expressivas e apresentava formas “menos complexas” de catalogar (HUNTER; BAKEWELL, 1991).

Para Osborn (1941) a catalogação era considerada uma arte e como tal deveria manter suas regras curtas e simples, no entanto o autor admitia que esse era um ponto de vista um tanto romântico para lidar com o assunto. Um dos problemas que ele apontava era que após um período romancista, o classicismo tende a surgir e a preocupação com forma e normas se torna o centro da discussão.

Tanto Osborn quanto Lubetzky, criticavam o quão técnica a catalogação havia se tornado apontando que a prática havia se perdido no montante de códigos e atualizações. Osborn, inclusive, aponta que a catalogação estava existindo por si só com mais frequência do que o necessário. A comunidade bibliotecária estava extremamente preocupada em compilar códigos e padronizar as formas. Na opinião do autor, a teoria mais proeminente para tratar a catalogação era a normativa pois de acordo com a teoria, a indicação de autoridade deveria sempre existir para evitar problemas e as possíveis formas de fazer a entrada dos documentos havia se tornado foco das discussões na década anterior (OSBORN, 1941).

Lubetzky (1953b), no entanto, não questiona os códigos, mas a complexidade, o obscurecimento dos objetivos e o design dos códigos. O autor indagava a necessidade de todas aquelas regras e se, de fato, o nível de complexidade e tecnicismo presentes eram inevitáveis. No *Cataloging rules and principles* ele propõe analisar regra por regra e levantar alguns questionamentos acerca do assunto, como por exemplo, ‘Essa regra é realmente necessária?’ e ‘está relacionada às outras regras do código?’. Certamente, que o autor não analisou regra por regra, mas assegurou o leitor de que as regras que seriam analisadas poderiam demonstrar as deficiências estruturais dos códigos.

As críticas expressadas pelos dois autores ganharam o apoio da comunidade bibliotecária e ajudaram a pavimentar o caminho para a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação sediada em Paris no ano de 1961, da qual resultou a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação que apresentava o catálogo como uma ponte de comunicação entre catalogador – documento – usuário.

O *Anglo – American Cataloguing Rules 1*, idealizado e realizado a partir das discussões da Conferência de Paris, foi publicado pela primeira vez em 1967, com diferenças circunstanciais entre as versões inglesa e americana. A tradução para o português foi publicada em 1969 (MEY; SILVEIRA, 2009; DUMER, 2019).

A segunda edição, publicada em 1978, já incorporava as áreas de descrição da *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e a divisão em partes um (descrição) e dois (entradas e cabeçalhos) do manual.

Em 1988, a primeira revisão do já então AACR2 foi publicada, contemplando as alterações de 1982, 1983 e 1985. Em 1998, a segunda revisão da segunda edição chegou ao público e incluíam as alterações realizadas de 1992 e 1996, a novidade, no entanto era que o manual contava com uma versão em CDROM.

O AACR, sofreu diversas alterações que chegaram ao atual AACR2R (2ª edição revisada e atualizada) em 2002, esta foi traduzida para a língua portuguesa

em 2004. As alterações foram mais substanciais, visto que outros formatos documentais haviam surgido na década anterior, um exemplo disso, são as alterações feitas nos capítulos três (Materiais cartográficos), nove (Recursos eletrônicos) e doze (Recursos contínuos).

5 HANDBOOK FOR THE CATALOGUER, PART 1 X AACR2: convergências e divergências.

Muitas são as diferenças e muitas, também, são as semelhanças. No entanto, ao fazer a comparação a primeira coisa que é necessário levar em consideração são as datas de publicação dos documentos. Conforme mencionado anteriormente, existe um espaçamento temporal de 100 anos entre os documentos, visto que o *Handbook for the Cataloguer* foi publicado em 1902 e o AACR2R em 2002.

O segundo ponto a ser levado em consideração é o objetivo dos documentos. É importante que isso esteja bem compreendido. O *Handbook for the cataloguer* é um documento organizado para auxiliar trabalhadores de bibliotecas, sejam bibliotecários ou não, a fazer o tratamento técnico dos documentos emitidos pelo governo, com linguagem lúdica e simples, sem extremo tecnicismo. O AACR2R, no entanto, é um manual técnico, dirigido para bibliotecários com formação formal na área, não tem a intenção de ser lúdico ou de explicar as razões de ser realizado daquela forma, mas de apresentar as regras de forma técnica e objetiva.

Abaixo segue o quadro de comparação com características de ambos os documentos. As categorias foram definidas de acordo com o que os documentos apresentavam.

Quadro 1: Comparação dos itens.

CATEGORIA	HANDBOOK FOR THE CATALOGUER	AACR2R
Ano de Publicação	1902	2002
OBJETIVO		
Objetivo do Manual	Auxiliar colaboradores da NYPL na catalogação de documentos governamentais.	Auxiliar bibliotecários na catalogação de documentos bibliográficos em geral.
Público - Alvo	Compilado para compreensão de todos trabalhadores da NYPL, não apenas bibliotecários.	Compilado para uso exclusivo de bibliotecários no tratamento da informação
Linguagem	Lúdico e com linguagem acessível	Linguagem técnica e específica da área
TIPOLOGIA DOCUMENTAL		
Tipologia Abordada	Documentos produzidos pelo poder executivo estadunidense das esferas federais estaduais e municipais	Documentos bibliográficos de forma generalista e específica. Aborda possíveis materiais a serem catalogados e apresenta especificidades
ORGANIZAÇÃO		

Especificidade	Apresenta itens que podem ou não acompanhar determinado tipo de documento. Baixo nível de especificidade justificado pelos documentos abordados	Apresenta as possibilidades de descrição no caso de documentos que possuem “acompanhantes”. Alto nível de especificidade justificado pelo público - alvo e objetivo do manual
Organização do manual	Organizado por tipologia de documentos	Organizado por tipologia de documentos
Organização dos capítulos	Subdivisões organizadas por esferas governamentais	Por se tratar de um manual técnico para uso de profissionais da área, o AACR2R tem divisões mais específicas que o Handbook.
Organização dos itens	Divisões das subdivisões por subcategorias de documentos	As divisões das subdivisões do AACR2R variam de acordo com o material a ser catalogado, e de acordo com as particularidades de cada tipologia.
Referências	Bibliografia ao fim de cada “capítulo” facilitando assim a consulta às fontes utilizadas para aquele item.	Bibliografia ao fim da parte II.
Volumes	Separado em quatro partes sendo elas: Constituições, Estatutos e Tratados, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário. Os itens se complementam, mas não necessariamente se completam. Cada item tem as informações necessárias para catalogar um documento relacionado sem necessidade de consulta aos outros volumes.	Separado em 2 partes, sendo a primeira dedicada à descrição e a segunda a entradas, título uniforme e referências. Ambas se completam, ou seja, dependem uma da outra. Para realizar a descrição de um documento, são necessárias as instruções da parte I juntamente com as instruções de definição de entradas e cabeçalhos da parte II.

Fonte: Elaborado pela autora.

5.1 Objetivo

Conforme mencionado anteriormente, o objetivo dos dois manuais diverge em alguns pontos, apesar de o intuito principal ser a padronização dos catálogos.

O *Handbook for the Cataloguer – Part 1* de Adelaide Hasse, é um manual compilado para trabalhadores da NYPL fossem eles bibliotecários ou não. Não é um manual técnico que justifica as escolhas realizadas pela autora durante o processo de

compilação e nem a autora o coloca dessa forma, é explícita a intenção de apenas facilitar o trabalho dos colaboradores da instituição para a qual o manual foi compilado, visto que não estavam familiarizados com as tipologias de documento.

Ao passo que o AACR2R, sim é um manual técnico direcionado a profissionais da área de ciência da informação e que abrange um leque de tipologias documentais mais amplo e diverso, claro que era de se esperar que essa divergência estivesse presente, afinal de contas, muitas das tipologias presentes no AACR2R surgiram no decorrer do século XX e com o aumento da demanda informacional as instituições não poderiam se dar ao luxo de compilar um manual para cada tipo de documento de cada instituição.

5.2 Tipologia documental

Outro ponto que não poderia apresentar maior distinção, é este. O *Handbook for the cataloguer* é específico para tratar documentos oficiais de todas as esferas governamentais estadunidense, que se aproximaria muito mais do trabalho de um arquivista, no entanto, naquele contexto histórico – social, fazia parte do trabalho de um bibliotecário, visto que esses documentos eram armazenados em bibliotecas para facilitar a consulta pública. Portanto, a parte 1 do manual trata especificamente de publicações específicas do poder executivo, sendo elas: constituições, estatutos e tratados.

O AACR2R no entanto, trata de documentos bibliográficos no geral que além de se aprofundar na descrição física dos documentos e especificidades de cada tipologia nos apresenta onze categorias documentais, em uma das quais, estão incluídos documentos oficiais. São elas: livros, folhetos e folhas impressas, materiais cartográficos, manuscritos (incluindo coleções manuscritas), música, gravações de som, filmes cinematográficos e gravações de vídeo, materiais gráficos, recursos eletrônicos, artefatos tridimensionais e realia, microformas e recursos contínuos.

5.3 Organização

Dadas as devidas proporções, a organização dos manuais apresenta algumas similaridades. Mesmo ambos tendo objetivos parcialmente diferentes, ambos são organizados, primariamente, por tipologia documental. Eles diferem, no entanto, a partir do segundo nível de divisões. As subdivisões determinam o nível de especificidade da descrição e, como mencionado anteriormente, um é mais específico que o outro.

A organização do *Handbook for the cataloguer* é, principalmente, focada no tipo de documento como mostrado na figura 1 abaixo.

Figura 1: Sumário do Handbook for the cataloguer .

CONTENTS	
	Page
Introduction	9
The Constitution	10
Statutes	17
Treaties	39

Fonte: (HASSE, 1902, p. 7).

No entanto, as subdivisões se dão por esferas do poder executivo, sendo elas Federal, Estadual e Municipal. Os documentos que podem acompanhar a documentação primária estão inseridos nesses tópicos.
Figura 2: Sumário Geral do AACR2R.

Contents

- 1.0 GENERAL RULES
 - 1.0A Sources of information
 - 1.0B Organization of the description
 - 1.0C Punctuation
 - 1.0D Levels of detail in the description
 - 1.0E Language and script of the description
 - 1.0F Inaccuracies
 - 1.0G Accents and other diacritical marks
 - 1.0H Items with several chief sources of information
- 1.1 TITLE AND STATEMENT OF RESPONSIBILITY AREA
 - 1.1A Preliminary rule
 - 1.1A1 Punctuation
 - 1.1A2 Sources of information
 - 1.1B Title proper
 - 1.1C General material designation
 - 1.1D Parallel titles
 - 1.1E Other title information
 - 1.1F Statements of responsibility
 - 1.1G Items without a collective title
- 1.2 EDITION AREA
 - 1.2A Preliminary rule
 - 1.2A1 Punctuation
 - 1.2A2 Sources of information
 - 1.2B Edition statement
 - 1.2C Statements of responsibility relating to the edition
 - 1.2D Statement relating to a named revision of an edition
 - 1.2E Statements of responsibility relating to a named revision of an edition
- 1.3 MATERIAL (OR TYPE OF PUBLICATION) SPECIFIC DETAILS AREA
- 1.4 PUBLICATION, DISTRIBUTION, ETC., AREA
 - 1.4A Preliminary rule

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2002, p. V).

Já o AACR2R é um tanto mais complexo nesse quesito visto que a gama de tipologias documentais é mais ampla e diversificada. Os capítulos da parte I podem conter até quatro níveis de especificidade. Ainda que também organizados por tipologia documental (figura 2 acima) o AACR2R dá conta de particularidades não presentes no primeiro manual, conforme figuras 3, 4 e 5 abaixo, principalmente pela razão de que boa parte das tipologias ali presentes, surgiram no decorrer do século XX.

Figura 3: Sumário de capítulo do AACR2R.

Contents

- 2.0 GENERAL RULES
 - 2.0A Scope
 - 2.0B Sources of information
 - 2.0C Punctuation
 - 2.0D Levels of detail in the description
 - 2.0E Language and script of the description
 - 2.0F Inaccuracies
 - 2.0G Accents and other diacritical marks
 - 2.0H Items with several title pages

- 2.1 TITLE AND STATEMENT OF RESPONSIBILITY AREA
 - 2.1A Preliminary rule
 - 2.1A1 Punctuation
 - 2.1B Title proper
 - 2.1C General material designation
 - 2.1D Parallel titles
 - 2.1E Other title information
 - 2.1F Statements of responsibility
 - 2.1G Items without a collective title

- 2.2 EDITION AREA
 - 2.2A Preliminary rule
 - 2.2A1 Punctuation
 - 2.2B Edition statement
 - 2.2C Statements of responsibility relating to the edition
 - 2.2D Statement relating to a named revision of an edition
 - 2.2E Statements of responsibility relating to a named revision of an edition

- 2.3 MATERIAL (OR TYPE OF PUBLICATION) SPECIFIC DETAILS AREA

- 2.4 PUBLICATION, DISTRIBUTION, ETC., AREA
 - 2.4A Preliminary rule
 - 2.4A1 Punctuation
 - 2.4B General rule
 - 2.4C Place of publication, distribution, etc.
 - 2.4D Name of publisher, distributor, etc.

Fonte: (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2002, p. 2-1).

Figura 4: Sumário de capítulo do AACR2R parte 2.

- 2.4E Statement of function of publisher, distributor, etc.
- 2.4F Date of publication, distribution, etc.
- 2.4G Place of printing, name of printer, date of printing

- 2.5 PHYSICAL DESCRIPTION AREA
 - 2.5A Preliminary rule
 - 2.5A1 Punctuation
 - 2.5B Number of volumes and/or pagination
 - 2.5B1 Single volumes
 - 2.5B16 Publications in more than one volume
 - 2.5B22 Braille or other tactile systems
 - 2.5B23 Large print
 - 2.5C Illustrative matter
 - 2.5D Dimensions
 - 2.5E Accompanying material

- 2.6 SERIES AREA
 - 2.6A Preliminary rule
 - 2.6A1 Punctuation
 - 2.6B Series statements

- 2.7 NOTE AREA
 - 2.7A Preliminary rule
 - 2.7A1 Punctuation
 - 2.7B Notes

- 2.8 STANDARD NUMBER AND TERMS OF AVAILABILITY AREA
 - 2.8A Preliminary rule
 - 2.8A1 Punctuation
 - 2.8B International Standard Book Number (ISBN)
 - 2.8C Terms of availability
 - 2.8D Qualification

- 2.9 SUPPLEMENTARY ITEMS

- 2.10 ITEMS MADE UP OF SEVERAL TYPES OF MATERIAL

- 2.11 FACSIMILES, PHOTOCOPIES, AND OTHER REPRODUCTIONS

Fonte: (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2002, p. 2-2).

Figura 5: Sumário de capítulo do AACR2R parte 3.

Early Printed Monographs

- 2.12 SCOPE
- 2.13 CHIEF SOURCE OF INFORMATION
- 2.14 TITLE AND STATEMENT OF RESPONSIBILITY AREA
- 2.15 EDITION AREA
- 2.16 PUBLICATION, ETC., AREA
- 2.17 PHYSICAL DESCRIPTION AREA
- 2.18 NOTE AREA

Fonte: (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2002, p. 2-2).

Previsivelmente, por tratar-se de um manual técnico e objetivo, as divisões e subdivisões organizam-se de forma objetiva e categórica. A ordem das categorias tende a manter-se a mesma em todos os capítulos com o intuito de facilitar ao usuário a utilização sem que seja necessário muito tempo analisando a tipologia documental para encontrar o que se procura. Por exemplo, mesmo que um bibliotecário não seja especialista em música, ele será capaz de, seguindo o manual, catalogar uma partitura sem grandes problemas. No entanto, um material tão específico quanto uma partitura musical, tem particularidades que um livro não possui e divisões e subdivisões desse capítulo tendem a acompanhar tais especificidades.

5.4 Descrição

Acompanhando o fazer biblioteconômico, a descrição dos documentos não sofreu muita alteração de um século para o outro, o que mudou foram os documentos produzidos, a forma de produção documental e o suporte utilizado tanto pelos documentos quanto pelos catálogos.

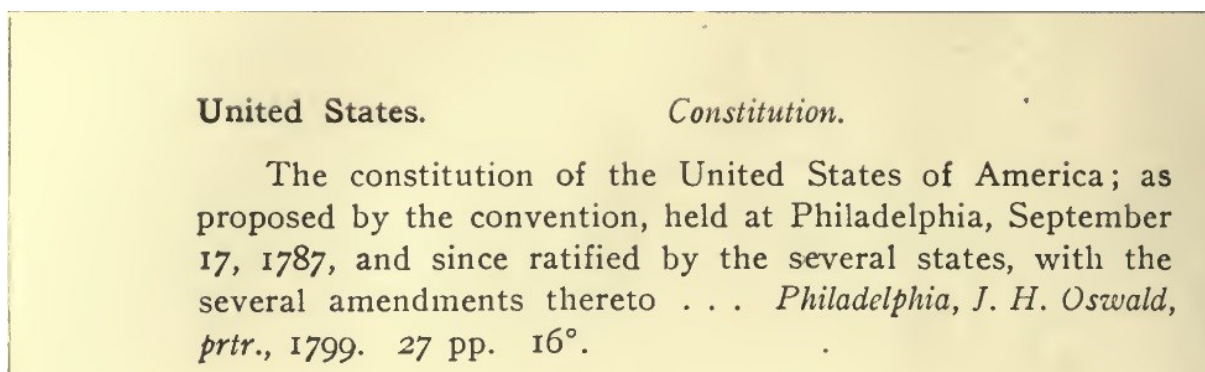
Figura 6: Exemplo de descrição utilizado pelo AACR2R.

The elements of style [GMD] / by William Strunk, Jr. – Rev. ed. / with revisions, an introduction, and a chapter on writing by E.B. White, 2nd ed. / with the assistance of Eleanor Gould Packard

Fonte: (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2002, p. 1-21).

Importante lembrar que ao passo que o AACR2 é mais generalista e técnico (figura 6 acima) o *Handbook for the cataloguer* é um manual para documentos extremamente específicos e no que diz respeito aos documentos tratados ali, não houve muita alteração (figura 7 abaixo).

Figura 7: Exemplo de descrição utilizado por Handbook for the cataloguer.



Fonte: (HASSE, 1902, p. 12).

Mesmo porque, as diretrizes elaboradas pela Hasse no fim do século XIX ainda são utilizadas pela LC nos dias atuais, mesmo que adaptadas para a evolução dos catálogos e da linguagem utilizada por eles.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não haver ocorrido mudanças consideráveis no fazer bibliotecário no período de cem anos entre um manual e o outro, é possível identificar que ambos os objetivos foram alcançados com sucesso. O *Handbook for the cataloguer* serviu para o propósito para o qual foi compilado e o AACR2R conseguiu padronizar a nível internacional os registros das unidades de informação.

Conforme apontado por este artigo, existem muitas similaridades entre ambos, mas as dissemelhanças são muito mais expressivas por uma razão simples: o objetivo da Hasse não era a padronização, em primeiro plano, mas solucionar os problemas que os profissionais não bibliotecários da NYPL estivessem tendo ao catalogar os documentos com os quais eles não tinham nenhuma familiaridade. A padronização foi consequência do objetivo principal que era a facilitação da rotina laboral através de uma linguagem simples e lúdica.

O AACR2R no entanto, tem o objetivo de padronizar com o intuito de que o diálogo entre os catálogos fosse facilitado e também atingiu o objetivo, sem se preocupar com a linguagem ou a compreensão daqueles que o fossem utilizar, o que não é um defeito, mas uma característica partindo do princípio de que não é um manual para não - profissionais. A preocupação do AACR2R é abranger o máximo de particularidades possível e tornar-se um guia para ser consultado quando necessário. Ensinar de forma lúdica também não é o objetivo visto que, por ser compilado para profissionais, a linguagem não seja um grande problema. Objetivo, técnico e específico são as características principais do *Anglo – American Cataloguing Rules 2nd edition revision*.

Dois manuais compilados com propósitos parecidos, mas com objetivos e abordagens completamente diferentes, então qual a razão para compará-los? Justamente compreender o caminho da representação descritiva de um código ao outro. Nos cem anos que os separam muitas mudanças ocorreram, mas é possível observar que apesar das mudanças tecnológicas, de normas, de representação, de tipologias documentais, de suportes e de linguagens de produção e representação, a catalogação continua a mesma e com o mesmo objetivo: garantir o acesso aos usuários.

Adelaide Hasse foi uma importante figura dentro da biblioteconomia, ao mesmo tempo que ela se preocupava com a forma e conteúdo, ela era capaz de se colocar no lugar do usuário que fizesse uso do manual ou do catálogo transformando a prática da representação descritiva em um processo humanizado, no qual as dificuldades dos catalogadores eram levadas em consideração e transformadas em políticas para que quando a dificuldade aparecesse novamente, o profissional já soubesse como solucionar. Certamente, ela possuía uma imensa familiaridade com a tipologia, razão pela qual foi convidada a trabalhar na NYPL e sendo uma notória profissional da informação, não guardou o conhecimento para si, disseminou de forma a contribuir com o trabalho e crescimento de todos.

REFERÊNCIAS

BECK, Clare. **The new woman as librarian: the career of Adelaide Hasse.** Lanham, Maryland: Scarecrow Press, 2006. 367p.

DUMER, Luciana. **Representação descritiva da informação em bibliotecas: um estudo sobre os formatos de intercâmbio.** Orientador: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:<
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16737/1/Arquivototal.pdf>
Acesso em: 27 mar. 2021

HASSE, Adelaide R. **United States government publications: a handbook for the cataloguer: part 1 - the government at large.** New York, NY: Library Bureau, 1902. 56p.

HUNTER, Eric J.; BAKEWELL, Kenneth G. B. **Cataloguing.** 3 ed. rev. London: C. Bingley, 1991.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Anglo - American Cataloguing Rules.** 2. ed. rev. 2002: American Library Association.

LUBETZKY, Seymour. Development of Cataloging Rules. **Library Trends**, Baltimore, MD, v. 2, n. 2, p. 179 – 186, 1953a. Disponível em:
https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/5511/librarytrendsv2i2c_opt.pdf
Acesso em: 12 abr. 2021

LUBETZKY, Seymour. **Cataloging rules and principles: a critique of the A.L.A. rules for entry and a proposed design for their revision.** Washington, D.C: Library of Congress, 1953b. 65p. Disponível em:
<https://archive.org/details/catalogingrulesp00lube> Acesso em: 16 abr. 2021

MENEZES, Estera M. **Pesquisa Bibliográfica.** Florianópolis, SC: CIN/CED/UFSC, 2009. 86p.

MEY, Eliane S. A.; SILVEIRA, Naira C. **Catálogo no plural.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MEY, Eliane S. A.; SILVEIRA, Naira C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 125-137, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309>. Acesso em: 12 abr. 2021.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly**, Chicago, IL, v. 11, n. 4, p. 393 – 411, 1941. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/615055?journalCode=lq>. Acesso em: 16 abr. 2021

SALES, Rodrigo de. **A presença de Kaiser no quadro teórico do tratamento temático da informação (TTI)**. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães. 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.